

### **01. Qual o foro competente para o pedido de Recuperação Judicial?**

O juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil. Sede principal da empresa devedora no Brasil, ou seja, onde ficar a sede administrativa da empresa ou comando dos negócios, maior volume de negócios.

Art. 3º Brasil

Grupo de empresas o Juízo competente será o do local que contextualiza o

principal estabelecimento do grupo e, em princípio, um único AJ será encarregado de auxiliar o Juízo, art. 69-G, § 1º, e art. 69-H.

### **02. O administrador judicial**

Nomeado pelo juiz e deve ser um profissional de confiança, imparcial e idôneo, atuando como braço direito do juiz

Funções:

Verificar e levantar créditos e débitos

Organizar a Assembleia de Credores

Fiscalizar o devedor para que cumpra o plano aprovado em assembleia

Art. 22 alínea J item - Administrar a massa falida, assumindo o lugar do proprietário

Pode ser uma pessoa física ou jurídica, mas é preferível que seja um profissional com experiência comprovada, como um advogado, economista, contador ou administrador de empresas.

Art. 24 §1 O administrador judicial é remunerado, mas o total pago não pode exceder 5% do valor devido aos credores ou do valor de venda dos bens na falência.

### **03. Quem pode pedir recuperação e quais os requisitos?**

Empresário Individual

Sociedade empresária

Produtor rural (art. 48)

Cooperativa Médica (art. 6º, § 13)

Clube de futebol - art. 13, da Lei nº 14.193

Grupos de empresariais (Art. 69 - F)

Requisitos específicos

1. Exercício regular das atividades há mais de dois anos.

2. Não ser falido ou, se falido, que suas obrigações já tenham sido extintas.

3. Não ter obtido recuperação judicial há menos de 5 anos.

4. Não ter obtido recuperação judicial, com base em plano especial, há menos de 5 anos.

5. Não ter sido condenado por crime falimentar, nem ter como sócio controlador ou administrador pessoa condenada por crime falimentar.

**04. Quais as consequências do deferimento da Recuperação judicial?**

Nomear o administrador judicial;

Determinar a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades. Isso facilita no saneamento da atividade.

Ordenar a suspensão (art. 6º): Art. 6º, § 4º, de todas as execuções contra o devedor. Essa suspensão das execuções é chamada de automatic stay e tem o objetivo de proteger o devedor dos esforços de cobrança de credores (TOMAZETTE, p.207). Visa dar um fôlego;

Determinar ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais: é por meio dessas contas que o poder judiciário consegue exercer seu poder de fiscalização;

Ordenar a intimação do Ministério Público e das Fazendas Públicas para que informem os créditos existentes.

Art. 52, III –

**05. Qual a consequência da concessão da Rj para o credor?**

O principal efeito é a novação das obrigações, o que faz com que elas ganhem um novo contorno obrigacional submetidas ao plano recuperatório. No entanto, elas podem voltar às condições originárias se o juiz convolar a recuperação em falência.

Art. 6º, § 9º & Art. 6º-C. É

1 -Credor de uma sociedade em recuperação judicial, cujo crédito consta na classe III do Art. 4) da Lei nº 11.101/2005, requereu ao juiz da causa acesso aos documentos de escrituração contábil e relatórios auxiliares da devedora, mantidos em suporte eletrônico ou digital.

A devedora, por meio de sua advogada, impugnou o pedido e pleiteou pelo indeferimento. A devedora argumenta que é defeso a qualquer autoridade, juiz ou tribunal, sob qualquer pretexto, ordenar qualquer verificação ou exame dos instrumentos de escrituração dos empresários, que estão protegidos por sigilo legal. Ademais, argumentou a devedora que somente o representante do Ministério Público, como custos legis, poderia ter acesso aos instrumentos de escrituração.

Considerados os fatos narrados, responda aos itens a seguir.

**A) Procedem as alegações da recuperanda para impugnar o pedido de acesso dos instrumentos de escrituração formulado pelo credor?**

Não procede, pois como interessada, os documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, para a fiscalização da correta execução do plano de recuperação judicial, permanecerão à

disposição ao juízo e ao AJ, e mediante a autorização judicial, de qualquer interessado, assegurado pela lei 11.101/2005 no art. 51, §1º.

**B) O acesso do administrador judicial dos instrumentos de escrituração da devedora necessita de autorização prévia do juízo, de modo a avaliar a conveniência e oportunidade e resguardar o sigilo dos documentos?** Não, pois o AJ tem a necessidade de consultar e tem atribuições fiscalizatórias amplas sobre a devedora, e precisa fiscalizar se estão cumprindo com as obrigações adequadamente, ressalta-se que poderá contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas, conforme art. 7º da lei 11.101/05.

**2 -**A empresa K-lote durante a sua crise econômico-financeira celebrou diversos contratos empresariais, entre eles dois de arrendamento mercantil e um de alienação fiduciária.

No curso da recuperação judicial e após a aprovação, homologação e concessão do plano, mas antes do final do prazo judicial de execução do plano a empresa ficou inadimplente dos contratos mencionados. Considerando-se o momento da celebração dos contratos e os efeitos da recuperação judicial, pergunta-se:

**A) Os créditos decorrentes destes contratos podem ser incluídos no plano de recuperação?** Não, pois estes créditos arrendamento mercantil e alienação fiduciária não podem ser incluídos no plano de recuperação judicial, conforme art. 49, § 3º e em tese, os riscos do arrendador são menores e, por isso, os custos deveriam ser menores, facilitando o seu uso pelos mais diversos empresários. Todavia, aqui também, esse credor não pode retirar do estabelecimento do devedor bens essenciais ao exercício da atividade, no prazo de 180 dias após o deferimento do processamento do pedido de recuperação, prevalecendo a preservação da empresa em detrimento dos credores.

**B) Em caso de inadimplemento dos contratos, é possível o ajuizamento de ação de cobrança em face do devedor por meio do manejo de requerimento de falência?** Sim, é viável caso o devedor não cumpra suas obrigações estabelecidas pelo plano de recuperação homologado, ou seja, após determinação do juiz cumprimento das obrigações estabelecidas no plano que vencerem no período máximo de 2 anos e no descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência, conforme art. 61, § 1º da lei 11.101/05

